

EDITORIAL DO 3º CICLO LIDERMSIV

Realizado nos dias 3 e 4 de fevereiro em Corumbá, quando os participantes locais nos receberam calorosamente bem, inclusive oferecendo um clima ameno e agradável durante a realização do evento, o 3º Ciclo do Programa LIDERMS IV tratou dos cursos do programa, dos projetos associativos dos participantes e de recomendadas atitudes que devem caracterizar a atuação de líderes associativos frente a ambientes políticos plurais.

Inicialmente o Renato Roscoe nos mostrou, em sua apresentação sobre os componentes da Estratégia ESG de Negócios que ela é, de fato, uma excelente oportunidade para as unidades produtivas do agronegócio, em vez de ser considerada como um conjunto adicional de custos exigidos das suas unidades produtivas. Ele enfatizou que além disso, as lideranças do agro nacional têm que ficar atentas à “pegadinha” que os nossos concorrentes internacionais estão nos empurrando para cairmos nela. Um exemplo ilustra bem a armadilha que as lideranças do agro brasileiro precisam evitar, embora a imprensa e inúmeras autoridades internacionais estejam pressionando pela sua adoção: eles, continuamente, pressionam as autoridades brasileiras para que o País adote a restrição legal equivalente ao desmatamento zero em toda a área da Amazônia.

Qual é a pegadinha implícita na adoção legal, pelo País, do desmatamento zero? Ora, o Código Florestal Brasileiro já estipula que 80% da área das propriedades rurais da região deve ser mantida com sua vegetação nativa. Por outro lado, as regras dos Fundos Internacionais de Créditos de Carbono não permitem pleitos de remuneração ao que legalmente já é exigido, ou precisa ser preservado por lei. Assim, se o Brasil transformar em lei uma política de desmatamento zero na Amazônia, impedindo o aproveitamento, atualmente legalizado de 20% da área das propriedades, os agricultores perderão o direito de serem recompensados pela manutenção destas áreas com sua vegetação nativa. Não poderão pleitear o correspondente crédito de carbono pelas oportunidades perdidas de exploração daquelas áreas. É preciso lembrar que uma parte importante dos mais de 20 milhões de habitantes que lá vivem e que vieram povoar a Amazônia desde a segunda metade do século passado, fizeram-no atendendo ao apelo geopolítico de autoridades que viam ameaças à soberania nacional em avanços e iniciativas de diversas naturezas e em muitas partes do mundo, especialmente em países desenvolvidos que agora clamam pela manutenção intocada da região.

As apresentações da Vania Guimarães trataram, fundamentalmente, de mostrar como as variáveis macroeconômicas relevantes, tais como a taxa de juros, a inflação, o nível de emprego e a taxa de câmbio, estão todas interconectadas em um complexo sistema de equações que precisam ser analisadas simultaneamente para que seus equilíbrios possam ser estudados. Ela mostrou, por exemplo, que no mercado de produto, onde o PIB é determinado, existem efeitos da renda disponível das famílias, do nível de

preços (inflação), da taxa de juros, dos gastos dos governos e da taxa de câmbio; por outro lado, estas mesmas variáveis afetam, e são afetadas, por políticas monetárias, determinadas no mercado de dinheiro e por políticas fiscais, determinadas pelos gastos e recebimentos dos governos. A política cambial é, por sua vez, também muito importante na determinação das variáveis macroeconômicas mencionadas.

A simultaneidade dos efeitos das diferentes variáveis torna complexas as análises de seus níveis de equilíbrios. Por isto os palpites simplórios sobre níveis de variáveis econômicas precisam ser evitados por lideranças responsáveis. A sugestão de alguns políticos populistas de que o Banco Central do Brasil deveria baixar os juros para aumentar o crédito e, conseqüentemente, aumentar as rendas e o emprego no País, mesmo sabendo que a política fiscal continuará expansionista, refletida nos altos gastos dos governos, é irresponsável porque ignora seus efeitos perversos, sendo a inflação o principal deles. A inflação, que os populistas dizem que pode ser um pouco maior, é altamente seletiva, impondo aos pobres a carga maior dos seus pesados custos sociais. Forçar a baixa dos juros agora, mantendo a expansão dos gastos governamentais, equivale a mandar para os mais pobres a conta da irresponsabilidade da atitude populista!

As ponderadas considerações dos Srs. Presidente da FAMASUL e do Superintendente do SENAR-MS mostraram aos participantes do programa que atitudes extremadas geralmente resultam em prejuízos aos propósitos maiores que devem perseguir os verdadeiros defensores da democracia. Na oportunidade da apresentação do Presidente da Famasul, foi lembrada a frase famosa de José Ingenieros, importante médico e filósofo ítalo-argentino, segundo a qual

‘o ideal sem estudos não é ideal, é fanatismo!’

Foi, ainda, citada a exortação de Winston Churchill à pacificação dos grupos sociais, como descrita por Niall Ferguson em seu livro intitulado “**Civilização: o ocidente e o resto do mundo**”:

‘Churchill capturou um ponto crucial quando definiu o "princípio central da civilização [ocidental]" como "a subordinação da classe dominante aos costumes estabelecidos do povo e à sua vontade, conforme expresso na Constituição": Por que [Churchill perguntou] as nações não deveriam se unir em um sistema maior e estabelecer um estado de direito para o benefício de todos? Essa certamente é a esperança suprema pela qual devemos ser inspirados... Mas é inútil imaginar que a mera declaração de princípios corretos será de qualquer valor, a menos que seja apoiada por aquelas qualidades de virtude cívica e coragem viril – sim, e por aqueles instrumentos e agências de força e ciência que, em última instância, deve ser a defesa do direito e da razão. A civilização não durará, a liberdade não sobreviverá, a paz não será mantida, a menos que uma grande maioria da humanidade se una para defendê-los e mostrar-se possuída de um poder policial diante do qual as forças bárbaras e atávicas ficarão submetidas”.

Ainda citando Churchill, Ferguson mostra que

"Significa uma sociedade baseada na opinião dos civis. Significa que a violência, o governo de guerreiros e chefes despóticos, as condições das dominações e da guerra,

da revolta e da tirania, dão lugar aos parlamentos onde as leis são feitas, e a tribunais de justiça independentes nos quais por longos períodos essas leis são mantidas. Essa é a Civilização – e em seu solo crescem continuamente a liberdade, o conforto e a cultura. Quando a civilização reina em qualquer país, uma vida mais ampla e menos atormentada é concedida às massas do povo. As tradições do passado são prezadas e a herança que nos foi legada por antigos sábios ou valentes líderes torna-se uma rica propriedade a ser desfrutada e usada por todos. O princípio central da civilização é a subordinação da classe dominante aos costumes estabelecidos do povo e à sua vontade, conforme expressa na Constituição”.

Enfim, os depoimentos do Presidente Marcelo Bertoni e de Lucas Galvan, Superintendente do Senar-MS, trouxeram aos participantes do LIDERMS IV a certeza de que as lideranças do agro do Estado estão trabalhando na construção de um setor responsável e disposto a desempenhar o importante papel que a sociedade brasileira espera de seus agricultores e dos demais componentes do seu agronegócio.

A tarde da sexta feira foi dedicada aos trabalhos dos participantes na elaboração de seus projetos que deverão incluir as perspectivas estratégicas de suas visões e as correspondentes mobilizações dos recursos, especialmente dos humanos, na implementação dos planos de negócios associativos que cada um deverá desenhar e implantar durante sua participação no LIDERMS IV. Alguns voluntários apresentaram suas visões e receberam dos colegas e professores sugestões sobre aperfeiçoamentos e melhorias nas explicitações de suas futuras ações associativas.

Foi enfatizado que a primeira parte do trabalho deve corresponder à descrição da situação problema que o participante quer enfrentar em seu ambiente de vida/trabalho e, ao mesmo tempo, deve indicar o grupo específico com o qual espera mobilizar para juntos – ou associativamente – atacar a situação problemática indicada. O pragmatismo que caracteriza a maioria de nós torna difícil seguir a disciplina de primeiro indicar o problema para depois enfrentá-lo. Em geral, em vez de descrever o problema tendemos a apresentar nossas ações pretendidas, deixando implícita a situação problemática. Conduzidas por Jose Roberto Canziani, foi indicado que o trabalho que cada participante deverá desenvolver no período entre o 3º ciclo do programa e o final do mês de março deverá conter a descrição da situação problema e os membros do grupo que será inicialmente mobilizado. Os escritos a serem encaminhados aos coordenadores dos respectivos grupos bases não deverão contemplar ações a serem desenvolvidas; elas deverão ser explicitadas em fases posteriores dos trabalhos individuais. Em outras palavras, não escreva, agora, o que você pretende fazer; indique que problema quer enfrentar e com quem pretende trabalhar – quem irá mobilizar - para resolver o problema diagnosticado!

Giselda Hironaka continuou mostrando o que é comodato e suas características e diferenças de outros instrumentos jurídicos. Como o tópico é altamente relevante, uma vez que nas empresas familiares a prática é muito utilizada em substituição a outros institutos, como o arrendamento e a parceria, os questionamentos dos participantes foram intensos e as discussões muito elucidativas. Estamos todos ansiosos pelos próximos esclarecimentos sobre os outros instrumentos juridicamente disponíveis para aumentar os usos eficientes da terra e dos demais capitais (físicos, financeiros, humanos e sociais) que as famílias comandam ou controlam.

Antes da assembleia que revisou todo o conteúdo do ciclo, com sugestões para o aprimoramento dos próximos, Fernando Peres mostrou uma linha do tempo com indicações das principais fases econômicas que caracterizaram os períodos do Brasil Colônia e do Império. Na oportunidade salientou as duas falácias que por razões ideológicas marcam nosso ensino de História do Brasil: (i) a ênfase numa suposta formação de estrutura agrária que favoreceu o latifúndio, ignorando o fato histórico de que a marcação, ou ocupação, por “posse” foi a principal maneira de delimitação de propriedades rurais do nosso território nos primeiros três séculos desde o descobrimento; e (ii) a ênfase na interpretação, de origem marxista, de que a exploração dos trabalhadores ocorreu, no período, por conta da posse da terra que se baseou no latifúndio. Segundo aquela interpretação, derivada do conceito marxista de ‘mais valia’, a exploração dos trabalhadores teria acontecido, ao longo de nossa história, pela posse da terra na mão dos agricultores latifundiários. São conceitos errados e eivados de uma perversa carga ideológica, mas que continuam sendo ensinados nas nossas escolas.

Esperamos nos encontrar novamente em 31 de março e 1º de abril em Campo Grande, para o 4º ciclo do LIDERM SIV que versará sobre “A educação no País”. Até lá!

Fernando Curi Peres
José Roberto Canziani
Renato Roscoe
Vania D’Addario Guimarães
Giselda M.N. Hironaka